

# Brasil e África: Um elo de história e cultura

Rita Maria Pinheiro Costa,  
Alice Papes de Oliveira e  
Margarete Inez Rodrigues da Luz

*Um veículo para amenizar o preconceito racial é a escola, espaço privilegiado para a construção de um currículo democrático para a sua relação com os alunos e com o mundo.*

*A escola pode proporcionar para a criança negra condições para exibir suas potencialidades, ampliar suas aspirações profissionais e humanas, e desenvolver sua identidade étnica*

A sociedade brasileira caracteriza-se pela pluralidade étnica, sendo esta produto de um processo histórico que inseriu num mesmo cenário, predominantemente, três grupos distintos: europeus, indígenas e africanos. Esse contato favoreceu a inter-relação dessas culturas, levando à construção de um país inegavelmente miscigenado.

Apesar desse intercuro cultural, as diferenças se acentuaram, levando a formação de hierarquia de classes pelos colonizadores. Os índios e, o que tratamos neste artigo, os negros permaneceram em situação de desigualdade, jogados à marginalidade e excluídos socialmente.

Para entender e estabelecer ações para superar o racismo no Brasil é preciso compreender a "ideologia" produzida pelas relações de dominação no país. Os colonizadores e a elite utilizaram uma série de conceitos para justificar a escravidão no Brasil e manter os negros à margem de novas relações sociais.

Sendo, assim cabe à escola interferir ao longo do processo de construção de identidade social. Portanto, ela tem a obrigação de formar jovens capazes de criar, em cooperação com os demais, uma

ordem social na qual todos possam viver com dignidade.

O problema da discriminação contra o negro ainda impera no Brasil no século XXI. Pesquisas revelam a existência de realidades bem distintas em relação à qualidade de vida e desenvolvimento humano das populações brancas e negras. O Brasil é um dos países com maior desigualdade social do mundo. A base da pirâmide social é, em grande parte, formada por descendentes de africanos, que sofrem com o racismo silencioso. No

país, a cultura negra sempre foi associada à escravidão e, dessa forma, diminuída em relação cultura europeia.

Um veículo que possuímos para amenizar o preconceito racial é a escola, espaço privilegiado para a construção de um currículo democrático na relação com os alunos e com o mundo.

A escola pode proporcionar para a criança negra condições para exibir suas potencialidades, ampliar suas aspirações profissionais e humanas, e desenvolver sua







MEIA DÚZIA DE TIROS, E OS DESTRÓIERES VIRARIAM SUCATA NO FUNDO DO MAR.

OS DEMAIS CONTRA-TORPEDEIROS SERIAM AFUNDADOS PELO RESTO DA ESQUADRA ANTES DE TEREM ALCANCE PARA DISPARAR.

SERIA UM SACRIFÍCIO INÚTIL.

Chibata! João Cândido e a Revolta que abalou o Brasil



identidade.

É a partir da regulamentação da Lei 10.639/03 pelo Conselho Estadual de Educação que passamos trabalhar para ensinar nossas crianças a compreender a importância da História e Cultura Afro-Brasileiras.

Para que os alunos possam substituir as visões estereotipadas e preconceituosas é necessário mostrar em sala de aula que todos os grupos humanos elaboram a sua cultura, buscando saída para os seus problemas, louvando seus deuses, dando sentido em suas vidas de formas diferentes.

Não se pode, portanto negligenciar ou desacatar o negro dos fatos históricos, antropológicos, sociais e econômicos no Brasil. Muito menos quando se trata da história da arte deste país, pois a contribuição dos povos africanos para o desenvolvimento nas diferentes áreas do conhecimento humano não pode ser ignorada. A rica e valiosa contribuição desses povos inclui artistas, música, poesia, vestimentas, alimentação e vocabulário. Entre essa grande diversidade de culturas, valores e princípios, é exigido o reconhecimento das diferentes matizes das raízes culturais afins de que possa valorizar a influência das várias culturas. Este é o caminho para desconstruir estereótipos e construir o respeito à diversidade, à pluralidade e à africanidade.

Deparamos com uma pluralidade de culturas que muitas vezes ficam de lado e contra elas podemos sentir a discriminação. O sistema educacional vigente, em muitos momentos, tem produzido



Imagem do blog  
Espaço Cultural  
A. João Cândido

práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, que interferem no desenvolvimento emocional e cognitivo dos discentes. As políticas públicas educacionais devem priorizar o direito à diversidade, o respeito e a convivência entre os múltiplos estilos e ritmos de aprendizagem. Costa e Silva (2007, p.13) defendem a necessidade de “possibilitar ao alunado brasileiro, de todas as cores, reconhecer a diversidade e a complexidade do continente africano e as profundas contribuições da população africana a humanidade”.

A citação acima deixa claro o aspecto a ser observado por todos os educadores. É a recuperação do orgulho de ser negro, isto é, a busca de uma pedagogia da autoestima elevada, ao contrário da pedagogia da reiteração da inferioridade. Aqui entra o papel fundamental a ser desenvolvido por todos os educadores. É preciso conhecimento e atenção, pois as armadilhas são muitas. Nas histórias mais ingênuas, nos propósitos aparentemente mais elevados, estão cenas de ridicularização do negro, do índio ou do diferente.

A escravidão no Brasil deixou profundas marcas ainda visíveis na sociedade contemporânea. Ao negro não é negado o direito de ser livre, mas lhe são negadas condições dignas de vida. Repetem-se lógicas semelhantes às da escravi-

zação que, de alguma forma, persistem nos dias de hoje por meio de práticas racistas, explícitas ou não. Para Costa e Silva (2007, p.15), “o trabalho de formação do professor é uma tarefa zumbílea, pois, na nossa formação, escolar, educacional e cultural, as informações mais simplórias sobre nosso passado afro foram sistematicamente negadas ou substituídas por informações estereotipadas.”

Mudaram as aparências, mas a essência das relações sociais não mudou. A atitude do estado para a situação do negro “liberto” sempre foi omissa. A miséria material, a discriminação e a humilhação vividas pelos descendentes são reduzidas à culpa deles mesmos, por meio de uma manobra ideológica que transforma o que é da esfera das relações de poder em algo natural, inerte à raça. A ideologia republicana pedia um projeto de nação que, por sua vez, requeria que se repensasse o homem brasileiro.

Segundo Costa e Silva (2007, p.28), “ao omitir conteúdos em relação à história do país, relacionados à população negra, ao omitir contribuições do continente africano para o desenvolvimento da humanidade e ao reforçar determinados estereótipos, a escola contribui fortemente para o esforço de construções ideológicas racistas. Ainda hoje o negro é apresentado em muitos bancos escolares como ‘ob-

**É necessário mostrar em sala de aula que todos os grupos humanos elaboram a sua cultura, buscando saída para os seus problemas, louvando seus deuses, dando sentido em suas vidas de formas diferentes**

jeto escravo', em passado, passivo, inferiorizado, desconfigurado, desprovido de cultura, saberes e conhecimento. É como se o negro não tivesse participado de outras relações sociais que não fosse à escravidão."

As pesquisas do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) têm sido utilizadas para mostrar o impacto do racismo na população negra. Homens e mulheres negros recebem salário inferior em até 60% do pago aos brancos do sexo masculino.

Pobres	53 milhões
Branco	37%
Negros	63%

#### **População com renda abaixo de R\$ 120 - 22 milhões**

Branco	30%
Negros	70%

O abismo racial no brasileiro existe de fato. E são as pesquisas e estatísticas que comparam as condições de vida, emprego, escolaridade entre negros e brancos que comprovam a existência da grande desigualdade racial em nosso país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista que, somada à exclusão social e à desigualdade socioeconômica, atinge toda a população brasileira e, de modo particular, os negros.

Assim, na "democracia racial", quase metade (45,3%) da população oficialmente negra está representada por 26 congressistas (5%).

Ainda hoje continuam presentes

estes mecanismos ideológicos de dominação do aluno, na consciência social do país. Segundo a ONU, existe democracia em um país quando todas as etnias estiverem representadas no poder na mesma porcentagem em que estão representadas na população. Ou seja, o Brasil só será uma democracia quando pelo menos 44% das autoridades forem mulheres e homens negros.

A Lei 10.639/03 altera a LDB (Lei 9.394/ 1996), que estabelece as diretrizes e a base da educação nacional. Ela inclui no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileiras, e dá outras providências.

A lei deixa nítida a obrigatoriedade do ensino de conteúdos sobre a matriz negra africana na constituição da nossa sociedade no âmbito de todo o currículo escolar. Efetivá-la é tarefa não só dos professores negros, mas de todos os professores, pois esta não é uma lei para os negros, mas para o Brasil.

Como sempre afirma Hélio Santos, a história narrada nas escolas é branca, a inteligência e a beleza mostradas pela mídia também o são. Os fatos são apresentados por todos na sociedade como se houvesse uma preponderância absoluta, uma supremacia definitiva dos brancos sobre os negros. Assim o que se mostra é que o lado bom da vida não é poder ser negro. Aliás, a palavra negro, além de designar o indivíduo deste grupo étnico-racial,

**Na nossa prática de sala de aula estamos interferindo para que nosso aluno negro sintase visto e respeitado, valorizando todo o aprendizado**

pode significar sujo, lúgubre, funesto, sinistro, maldito, perverso, triste, nefando, etc. (Hélio Santos - A Busca de Um Caminho para o Brasil).

Cabe ao professor não escamotear esta situação, mas potencializá-la, destacando a beleza de cada etnia, a riqueza da diversidade de tipos humanos. Isto vai fazer com que os alunos negros assumam, sem maiores problemas, sua negritude. A exclusão da história africana é uma dentre várias demonstração do racismo brasileiro.

Portanto, devem os professores, ao tratarem da história da África e da presença do negro no Brasil, fazer abordagens positivas, sem deixar de tratar do sofrimento provocado pela escravidão, mas não se limitando a esse aspecto. Devem também realçar a luta dos escravos contra o cativo, a contribuição do negro em todos os campos da cultura brasileira, no passado e no presente.



17 de maio de 1888. Missa de Ação de Graças pelo fim da escravidão



Da mesma maneira, devem os professores tratar da África antes da diáspora; dos conhecimentos em arquitetura, navegação, medicina, ciência, filosofia, matemática, geometria, agricultura, utilização do ferro, etc. e também da África atual, recém liberta da colonização europeia, sempre visando a que o aluno negro compreenda e valorize a história do seu povo de origem, quer pelo passado ou pela contribuição atual ao país e à humanidade.

Devem todos os trabalhadores da Educação conscientes banir do cotidiano da escola, tanto dos livros didáticos quanto da linguagem e das ações, linguagens e expressões depreciativas, estigmatizadas, em relação ao povo negro, assim como a qualquer outra etnia.

O status da igualdade será conseguido quando o professor estiver atento para contemplar alunos negros e brancos, democraticamente, nas pequenas atividades do dia-a-dia. Sendo assim, na nossa prática de sala de aula estamos interferindo para que nosso aluno negro sintasse visto e respeitado, valorizando todo o aprendizado do tema proposto.

A lei deve ser aplicada no âmbito nacional, e deve ser vista como o início de uma grande luta pela igualdade racial, já que somos sabedores que não existem raças diferentes entre a humanidade, apenas a RAÇA HUMANA.



Phillis Wheatley (África-1753 - EUA-1784)

**Rita Maria Pinheiro Costa**

**Alice Papes de Oliveira**

**Margarete Inez Rodrigues da Luz**

*Professoras da Rede Municipal de Ensino de Curitiba*

## Referências

BENTO, Silva Aparecida Maria. Cidadania em Preto e Branco. Ed. Ática. São Paulo.  
BERNAD, Zilá. Racismo e Anti-Racismo. 4ª edição. Ed. Moderna. São Paulo.  
BRÉGOLATO, Roseli A. Cultura Corporal da Dança. ed. São Paulo: Ícone, v. I, 2000.  
BRASIL. Secretaria de Educação do Município de Curitiba. Diretrizes Curriculares.  
COSTA, Hilton; SILVA, B.V. Paulo. Notas da História e cultura afro-brasileira. UEPG/UFPR, ed: UEPG, 2007.  
FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 34ª edição. Ed. Record. Rio de Janeiro. 1998.  
GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João

José (org.). Liberdade Por um Fio: História de Quilombo no Brasil. São Paulo. Cia das Letras. 1998.  
MUNANGA Kabengele, GOMES, L. Nilma. O negro no Brasil de hoje. Ed. São Paulo: Global, 2006.  
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Pluralidade Cultural. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. 1997. 164p.  
PRANDI, Reginaldo. Contos e lendas afro-brasileiras A criação do mundo. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.  
REVISTA - Nova Escola. Ed. Abril, 2001  
REVISTA - Vozes da África. Ed. Duetto. - edição-nº6, 2007

REVISTA - Planeta - outubro - edição 385, ano 32, 2004  
REVISTA - Nossa História. Nº4 - fev. - 2004  
REVISTA - AVENTURAS NA ÁFRICA - edição nº 61, AGOSTO DE 2008.  
SILVA, Nelson V. Uma Nota Sobre "Raça Social" no Brasil. 1994. In: Cor e Estratificação Social. Rio de Janeiro. Contra Capa Ed. 1999.  
SILVA, Rodrigues Marcos. O Negro no Brasil História e Desafios. Ed FTD. São Paulo. 1997.  
TREVISAN, Leonardo. Abolição um Suave Jogo Político? 10ª edição. Ed. Moderna. São Paulo, 1998.

